

# DINÂMICA ECONÔMICA E CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO MARANHENSE NO PERÍODO DE 1970-90

*Eneuton Dornellas Pessoa<sup>1</sup>*

*Marcilene A. Martins*

O presente artigo busca refletir sobre os condicionantes da realidade socioeconômica maranhense no período 1970-1990 no contexto das transformações sócio-produtivas então verificadas, com o intuito de resgatar-se a importância da dimensão social para a noção de desenvolvimento econômico. Inicialmente, são apresentadas algumas estatísticas acerca da evolução da Economia maranhense e examinados os seus fatores determinantes. Destaca-se o bom desempenho dos indicadores macroeconômicos do Maranhão, comparativamente aos de outros Estados do Nordeste, ressaltando-se, no entanto, que isto não se tem refletido na geração de níveis adequados de renda e emprego. A seguir, com base em alguns indicadores socioeconômicos selecionados, procede-se a uma caracterização das condições básicas de vida da população maranhense, pela qual se conclui que o dinamismo econômico do Estado não se fez acompanhar de igual avanço no campo social. Assinala-se que o grave quadro social do Maranhão deve-se, também, à não efetividade das ações do Estado, enfatizando-se a importância das políticas sociais como instrumento capaz de minorar tal situação e, nesse sentido, a necessidade de uma redefinição do papel e das formas de atuação do Estado.

## 1. INTRODUÇÃO

Na literatura sobre a Economia regional nordestina pode ser observada a presença de um novo foco de interesse teórico. As atenções parecem voltar-se agora não mais para a busca de algum traço de unidade em nível do conceito de região, senão que, pelo contrário, coloca-se em discussão a existência mesmo de elementos de homogeneidade ainda suficientemente fortes para resguardar à noção de região Nordeste algum sentido de unidade, em termos de poder-se ainda defini-la como um espaço socioeconômico que apresente características básicas diferenciáveis em relação a outras regiões do país.

Essa nova preocupação teórica tem por base as profundas transformações experimentadas pelas economias nordestinas em suas estruturas produtivas - agrícola e industrial - nos últimos vinte anos. Sabidamente, tais transformações não obedeceram a um padrão único de mudanças e nem afetaram uniformemente a estrutura sócio-produtiva dessas economias, resultando isto na conformação de realidades intra-regionais mais complexas e diferenciadas (Bacelar:1995:132-141).

---

<sup>1</sup> Professores assistentes do Departamento de Economia da UFMA e Mestres em Economia do Trabalho pela Universidade Federal da Paraíba

Nesse contexto, questiona-se, por exemplo, se já não seria mais apropriado falar-se então em “vários Nordeste”:

“do Nordeste do oeste baiano e do Nordeste canavieiro do Rio Grande do Norte a Alagoas; do Nordeste agroindustrial do submédio São Francisco e do Nordeste cacauzeiro do sul baiano; do Nordeste mineiro-metalúrgico e agroindustrial do Maranhão e do Nordeste semiárido, dominado pelo tradicional complexo gado/agricultura de sequeiro etc. “Podendo-se mesmo indagar “( ..) se o sul do Maranhão e do Piauí e o cerrado baiano não seriam mais semelhantes a Tocantins que a Pernambuco, por exemplo?” (BACELAR 1995:152).

Tais questões, em última instância, põem em cheque o próprio conceito de região, no sentido de que, defini-la como algo equivalente a um lócus econômico espacialmente delimitado e autônomo na determinação do movimento de acumulação, tende a revelar-se, cada vez mais, teoricamente inconsistente. Por outro lado, parece inegável que, quando analisadas sobre um prisma menos economicista (no sentido de ter-se também em conta o aspecto das condições gerais de vida de suas populações) as economias nordestinas se nos apresentam perfeitamente soldadas entre si e prontamente distinguíveis das regiões mais desenvolvidas do país. Visto sobre esse prisma, o Nordeste revela aquele que continua sendo, talvez, o seu mais importante traço distintivo: constituir-se no principal desafio ao resgate da dívida social no Brasil.

É com base nas questões acima, atinentes à problemática: dinâmica econômica/transformações produtivas e condições de vida, que o trabalho busca refletir sobre os condicionantes de uma realidade socioeconômica nordestina - o caso do Maranhão no período 1970-1990. Sob essa perspectiva, a realidade maranhense apresenta-se como um “locus” privilegiado à análise. Nela, o contraste entre condições de generalizada miséria e uma estrutura altamente regressiva de repartição da renda; o contraste entre uma base econômica e técnico-produtiva incipiente e tradicional e a presença de “ilhas de modernidade” - cujos efeitos, a julgar por seus indicadores sociais, vistos mais adiante - não vão muito além de mero “inchamento” das estatísticas macroeconômicas, são um convite à reflexão sobre os problemas causados pelo crescimento econômico quando não acompanhado por mudanças nas relações sociais.

Com esse propósito, apresenta-se, na próxima seção, alguns indicadores macroeconômicos do Maranhão, buscando-se refletir sobre os seus condicionantes. Na seção que segue, faz-se um levantamento da realidade social do Estado a partir das estatísticas disponíveis, no caso, os indicadores sociais do IBGE. Na última seção, busca-se abordar aqueles que têm sido os elementos norteadores das políticas sociais brasileiras, e a necessidade então de modificá-los no contexto de uma nova relação Estado sociedade civil, enquanto uma tentativa séria de resolução da problemática social no Brasil e, sobretudo, na região Nordeste/Maranhão.

## 2. DESEMPENHO ECONÔMICO - EVOLUÇÃO DO PIB

Nos últimos vinte anos, a Economia maranhense vem experimentando modificações significativas em sua base econômico-produtiva, o que lhe tem resultado numa dinâmica econômica substantivamente diferenciadas da verificada para os demais Estados da região. O desempenho da Economia maranhense no período 1970/90, se avaliado pelo critério da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), pode ser considerado bastante satisfatório. Dentre os Estados do Nordeste, o Maranhão foi o que apresentou a maior taxa anual de crescimento do PIB (8,88% a.a.), seguido dos Estados do Rio Grande do Norte e Piauí (Vide tabela 1). Ressalte-se ainda o maior dinamismo da Economia maranhense no período de crise dos anos oitenta, quando cresce a um ritmo consideravelmente mais intenso que o verificado para as demais economias da região Nordeste<sup>2</sup>.

**TABELA 1**  
**ESTADOS NORDESTINOS, NORDESTE E BRASIL CRESCIMENTO REAL DO PIB (%) - 1970/90**

ESTADOS/ REGIÃO E PAÍS	1970/80 (a.a.)	1980/90 (a.a.)	1970/90 (a.a.)
MARANHÃO	9,29	8,43	8,88
PIAUI	9,37	7,10	8,23
CEARÁ	10,84	4,81	7,78
RIO G. DO NORTE	10,30	7,34	8,81
PARAÍBA	6,45	5,60	6,02
PERNAMBUCO	8,58	3,22	5,87
ALAGOAS	9,06	5,16	7,09
SERGIPE	10,21	4,37	7,25
BAHIA	8,75	3,89	6,29
NORDESTE	8,73	3,30	5,98
BRASIL	8,63	1,57	5,01

Fonte:

Dados Básicos: SUDENE e IBGE.

Elaboração do Instituto de Desenvolvimento Municipal do Estado da Paraíba - IDEME - Pb. apud: Rômulo S. Polari, 1990 (s.d)

A relativa boa “performance” econômica do Maranhão pode ser melhor evidenciada a partir de uma análise setorial do PIB. Nessa perspectiva, constata-se, conforme tabela 2, que no subperíodo 1970/80 as taxas setoriais de crescimento do PIB maranhense, excetuando-se as do setor industrial, mostraram-se superiores às apresentadas por todos os demais Estados

<sup>2</sup> No período 1980-1990 o Maranhão cresce à taxa de 8,43% a.a., ao passo que o Ceará, Pernambuco e Balda crescem às taxas de 4,81% a.a., 3,22% a.a. e 3,89% a.a., respectivamente. Na verdade, registra-se para o PIB da região Nordeste expressivo índice de crescimento no período 1970-1990, sendo que na década de oitenta essa taxa vem mostrar-se significativamente superior à registrada para o Brasil (no período 1980/1990 o PIB do Nordeste cresce à taxa de 3,30% a.a., contra o índice de 1,37% a.a., no caso do Brasil) Cf. tabela 1.

nordestinos. No subperíodo 1980/87, verifica-se que o Maranhão continua a registrar elevadas taxas setoriais de crescimento do PIB, relativamente à média da região, excetuando-se, dessa vez, a taxa de crescimento do setor agropecuário, cuja evolução foi negativa.

## 2.1. O setor agropecuário

Conforme tabela 2, no período 1970/87, a Agropecuária maranhense apresenta uma evolução bastante irregular, saltando da primeira para a última posição dentre os Estados do Nordeste (crescendo, na década de 70, à taxa de 7,6% a.a., e na década de 80, à taxa de -3,5% a.a.). Como os números, por si, não explicam grande coisa, tratemos de identificar os fatores que os condicionam.

**TABELA 2**  
**ESTADOS NORDESTINOS, NORDESTE E BRASIL CRESCIMENTO REAL DO PIB (em % a.a): 1970/87**

ESTADOS/REGIÃO/PAIS	AGROPECUÁRIO		INDUSTRIAL		SERVIÇOS	
	1970/80	1980/87	1970/80	1980/87	1970/80	1980/87
MA	7,6	-3,5	8,3	12,5	12,0	12,0
P1	5,7	7,0	9,7	8,5	11,5	7,7
CE	6,7	1,0	14,9	6,5	10,8	7,8
RN	5,6	-0,3	16,1	14,8	10,3	8,9
PB	1,3	7,9	7,6	4,5	9,7	7,7
FE	6,0	0,9	10,7	2,8	8,4	4,7
AL	6,7	6,4	9,2	11,1	10,5	9,1
SE	4,9	2,9	13,6	5,6	10,6	8,2
BA	4,2	1,2	10,6	0,6	10,9	8,8
NE	5,4	1,7	9,1	2,1	10,2	7,6
BR	4,7	3,6	9,3	1,6	9,4	3,0

Fonte: (1:1 SUDENE - Produto e Formação Bruta de Capital - Nordeste do Brasil, 1970/86,1990. (2) FIBGE - Contas Nacionais Consolidadas - 1980/ 1989 -PIB por unidades da Federação 1970/ 85, 1991, apud: Polari (1990), Tabelas 7 e 9, p. 10 e 13.

Nessa perspectiva, quando se considera o expressivo desempenho da agropecuária maranhense na década de setenta, deve-se ter presente que o mesmo se inscreve no contexto de importantes modificações estruturais experimentadas pelo setor, já a partir dos anos sessenta, quando se coloca em curso o movimento de fechamento (“por dentro” e “por fora”) da fronteira agrícola do Maranhão e, por conseguinte, o esgotamento do modelo de exploração e ocupação da terra nos moldes da “frente de expansão camponesa”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> À emergência dessa nova base agrícola e fundiária vem também corresponder à presença de novos atores sociais. Tem-se assim, que, se até meados dos anos sessenta o intenso fluxo migratório que adentrava a fronteira agrícola maranhense, compunha-se, basicamente, de nordestinos - pequenos colonos ou camponeses típicos, expropriados de suas posses em seus Estados de origem, ou deles fugindo devido à seca, e que tinham como objetivo a garantia de uma base de sustento -, a partir de então começa a entrar em cena novos atores sociais:

Decorre que a esse movimento vem sobrepor-se, paulatinamente, um novo modelo agrícola, que, na definição de Targino (1985), pode ser denominado “frente de expansão capitalista monopolista”. Este último apresenta como algumas de suas características básicas: a) a formação de grandes propriedades através da distribuição pelo Estado de grandes extensões de terras devolutas, com a conseqüente expulsão e/ou expropriação dos seus virtuais ocupantes (posseiros e indígenas); b) a presença determinante do Estado através da concessão de incentivos fiscais e creditícios à instalação das fazendas; c) a exploração da terra voltada para a agricultura de exportação e à pecuária (Targino:1985:199)<sup>4</sup>.

Essa investida do capital sobre a economia camponesa, contou (e continua a contar) com o apoio direto ou indireto do Estado (em suas esferas federal e estadual), o qual tende a ocorrer por duas vias principais: a) através da concessão de incentivos fiscais e/ou creditícios, majoritariamente voltados para os empreendimentos e/ou grandes fazendas capitalistas; b) através da utilização do aparato político-jurídico-militar na promoção deliberada da concentração fundiária via expropriação camponesa<sup>5</sup>.

Observa-se assim que as ações do Estado nesse processo tem-se orientado prioritariamente para aquelas atividades e/ ou empreendimentos desenvolvidos em moldes tipicamente capitalistas<sup>6</sup>. A propósito, tomando-se o exemplo do Finoragropecuário, pode-se concluir, conforme avaliação da própria Sudene, que este “tem sido um sistema de incentivos orientado para a grande propriedade.” E ainda, que,

“examinando-se apenas os projetos atualmente no sistema refere-se a julho de 1985- conclui-se que a orientação do Finoragropecuário (e, também, do Finor-

---

médios e grandes proprietários capitalistas, oriundos, predominantemente, das regiões Sul e Centro-Oeste, imbuídos do objetivo básico de multiplicar suas posses fundiárias, através da aquisição de terras a preços relativamente mais baratos que os prevaletentes em suas regiões de origem. Ver a respeito, Targino (1985).

<sup>4</sup> O caráter qualitativamente distinto entre ambos os modelos de exploração e ocupação da terra expressa-se, em síntese, no fato de que enquanto ...na frente de expansão é o trabalho que subordina a terra às necessidades de reprodução da força de trabalho familiar, isto é, a utilização da terra é regida pelas “leis” de subsistência da unidade familiar(..) “... na frente monopolista é o capital que subordina a terra às suas necessidades de reprodução e acumulação, transformando-a em capital produtivo e/ou especulativo” Targino (1985:200).

<sup>5</sup> No que se refere a esse último aspecto, tome-se como exemplo o caso da Companhia Maranhense de Colonização - COMA RCO, a qual, criada em 1972, tinha dentre suas metas: a) a instalação de dez mil famílias em lotes de 25 hectares ; b) a implantação de grandes propriedades de até 3.000 hectares. Posteriormente, pela redefinição do projeto original, a previsão inicial de assentamento de dez mil famílias foi reduzida para o número de três mil e quinhentas, acompanhada por sua vez de uma redução do tamanho da área individual. A área máxima permitida para a instalação de grandes fazendas eleva-se de 3.000 para 50.000 hectares. Cf. Droulers, M. “Les Caboclos du f'ylaraj\*jo Amazonien.” Paris, Université, Paris 111, 1978, p.63-82 (tese de doutorado). Apud: Targino (1985:205).

<sup>6</sup> Do montante de recursos liberados pelo Fundo de Investimento para o Nordeste (FINOR) à atividade agropecuária - Finor agropecuário -,no período 1960-1985, 17% destinaram-se ao Maranhão, Desse percentual, 94,8% foram aplicados na pecuária, e os 5,2% restantes, na agricultura, sendo que desse último percentual, 4,8% destinados às culturas temporárias - dentre as quais se inclui a soja, que vem ocupando extensas áreas ao sul do Estado. Cf. SUDENE & BNB (1986:121).

agroindustrial) para a grande propriedade é ainda mais pronunciada” (Sudene & BNB:1986:94)<sup>7</sup>.

O estímulo à concentração fundiária e à exploração da terra em moldes tipicamente capitalistas ou a sua manutenção sob a forma de latifúndios improdutivos, ao incidir de forma desarticuladora sobre a economia de subsistência, sobretudo no que diz respeito ao subtraimento de terras para a produção familiar, repercute negativamente sobre o emprego de parcela significativa da população rural, ocasionando um processo crescente de êxodo<sup>8</sup>.

Em suma: as transformações socioeconômicas verificadas na Economia agrícola, as quais, em grande parte contando com a participação do Estado, foram fatores que contribuíram, por excelência, à elevação, do fluxo migratório de força de trabalho no sentido campo-cidade no período. Em decorrência desse processo, grande parte do problema do subemprego, até então “oculto” na Economia agrícola, sob a forma de atividades de subsistência, caracterizadas por baixos níveis de produtividade e renda, tende cada vez mais a se explicitar como uma problemática urbana, uma vez que o ritmo de crescimento dos setores não-agrícolas tem-se mostrado insuficiente à incorporação produtiva do crescente contingente de trabalhadores que busca inserção no mercado de trabalho urbano<sup>9</sup>. Ademais, com o crescente e desordenado processo de urbanização, tende a se agravar a carência de infraestrutura básica, uma vez que, se, por um lado, há um aumento na demanda pelos bens de consumo coletivo, por outro, a capacidade financeira do Estado tende a mostrar-se insuficiente para o fornecimento desses bens em qualidade e volume adequados.

## 22. O setor industrial

A Indústria no Maranhão historicamente caracterizou-se pela concentração, em poucos ramos estreitamente vinculados às atividades agrícolas e de extrativismo vegetal. Foi assim no período da agroindústria açucareira em fins do século passado, e depois com as

---

<sup>7</sup> Segundo a mesma fonte, 75% dos projetos incentivados pelo FinorAgropecuário no ano de 1985 possuíam, cada um deles, mais de 2000 ha., perfazendo 96% da área total incentivada SUDENE & BNB (1986:94).

<sup>8</sup> No período 1970-1990, a força de trabalho agrícola cresceu a uma taxa média anual de 1,6%, ao passo que a força de trabalho não agrícola apresentou, no mesmo período, um crescimento médio anual da ordem de 17,3%. Disto resultou uma abrupta queda da participação da força de trabalho agrícola na força de trabalho total, reduzindo-se de 81,4%, em 1970, para 56,4%, em 1990. Cf. “Estado e Composição da Força de Trabalho numa Economia Sub-desenvolvida: o caso do Maranhão”. Relatório Parcial de Pesquisa, p. 38, Decon-UFMA, dezembro de 1994.

<sup>9</sup> Considerando-se como subempregados os indivíduos cujo nível de rendimento os situe abaixo da “linha de pobreza”, verifica-se que o subemprego urbano cresceu, no período 1970-1990, à taxa média anual de 20,8%, superior à verificada para a força de trabalho urbana como um todo, conforme nota anterior. Para a determinação dessa “linha de pobreza”, consultar “Estado e Força de Trabalho numa Economia Subdesenvolvida: o caso do Maranhão. Relatório Parcial de Pesquisa, p. 4-5, Decon-UFMA, dezembro de 1994.

indústrias têxtil e alimentícia predominantes até finais da década de sessenta. Do mesmo modo na década de setenta, com os gêneros da química (gorduras, ceras vegetais e, principalmente, o extrativo do babaçu), madeireira e de produtos alimentícios (basicamente o beneficiamento do arroz)<sup>10</sup>.

A partir dos anos oitenta significativas mudanças são experimentadas pelo setor, à base de duas ordens principais de fatores: i) o processo de desestruturação de alguns dos principais gêneros de indústrias tradicionais (basicamente, indústrias ligadas ao beneficiamento de arroz e babaçu), predominantes no setor até o início da década de setenta; ii) nos anos oitenta, a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos (Alumar, Celmar e Companhia Vale do Rio Doce), vinculados ao programa Grande Carajás, em grande parte sob o patrocínio do Estado, através da concessão de incentivos e subsídios ao setor privado, da implantação de empresas estatais e da criação de infra-estrutura de apoio às atividades produtivas.

É assim que, sob o impulso da implantação de projetos vinculados ao programa Grande Carajás, o setor industrial passa a apresentar resultados significativos em termos de taxas de crescimento. No período 1970/87, e sobretudo na década de oitenta, o crescimento do setor à taxa de 12,5% a.a. vem mostrar-se como um dos mais expressivos do Nordeste, sendo superado apenas pelo do Rio Grande do Norte. Para fins comparativos, nessa década, a indústria nordestina em seu conjunto cresce à taxa de 2,1% a.a.; e a brasileira, à taxa de 1,6% a.a. (Vide Tabela 2).

Essa relativa boa “performance”, contudo, requer ser melhor qualificada no contexto de seus impactos sobre o perfil socioeconômico do Estado, em especial no que se refere à geração de renda e à criação direta e indireta de postos de trabalho. Nessa perspectiva, cabe lembrar, por exemplo, que taxa de crescimento econômico per se não se constitui num parâmetro adequado para uma efetiva avaliação de dinâmica econômica, fazendo-se necessário considerar, também, a real base a partir da qual a referida taxa tenha sido calculada<sup>11</sup>.

Ademais, por sua característica básica de “enclave”, isto é, elevada densidade tecnológica e reduzido grau de integração em nível das cadeias/setores produtivos que integram a Economia local, tais investimentos tendem a apresentar reduzidos efeitos multiplicadores. De qualquer modo, não se pode desconsiderar a evidência da expressiva “performance” de crescimento registrada para a Indústria maranhense na década de oitenta, relativamente à

---

<sup>10</sup> Ver a esse respeito, Polary (1978), especialmente p. 24-38.

<sup>11</sup> Nesse sentido, constatar-se, por exemplo, que o setor industrial em São Paulo e no Maranhão cresceu na década X à taxa de 10% a.a., não significa dizer que, em termos de geração de renda e emprego, tal crescimento se configure quantitativa e qualitativamente idêntico em suas implicações, tendo em vista as diferenças de tamanho e composição deste setor em cada um dos Estados.

verificada no mesmo período para os demais Estados nordestinos, bem como ao seu desempenho na década anterior.

### 2.3. O setor de serviços

Na evolução do setor de serviços no período 1970-90 destacam-se dois aspectos principais: i) os elevados níveis de suas taxas de crescimento, comparativamente aos registrados para os demais estados nordestinos e Brasil, o que se verifica particularmente no subperíodo 1980/87; ii) o fato dessas taxas manterem-se mais ou menos constantes (ao nível de 12,0% a.a.), enquanto que para a região Nordeste e o Brasil, registram-se taxas declinantes (no caso do Nordeste, reduz-se de 10,2% a.a., em 1970/80, para 7,6% a.a., em 1980/87, e no caso do Brasil, de 9,4% para 3,0%, respectivamente); indicando-se assim, nesses dois últimos casos, possivelmente, o “encolhimento” do setor de serviços em resposta à crise dos anos oitenta<sup>12</sup>.

O expressivo desempenho registrado para o setor de serviços relaciona-se fundamentalmente à performance de três dos seus subsetores principais: i) Instituições Financeiras, expresso no crescimento das atividades financeiras no contexto de uma conjuntura econômica inflacionária e na tendência, em curso a partir dos anos 70, à desconcentração espacial do capital financeiro originário do Centro-Sul; ii) Comércio, particularmente o denominado “comércio moderno” (supermercados, lojas de departamento, autopeças, etc.); iii) Transporte e Comunicação, a partir dos investimentos destinados, principalmente, à criação e ampliação da malha rodoviária estadual, em particular por volta da segunda metade da década de 70 e, na década de 80, aos investimentos nas áreas de transportes ferroviário e marítimo, sob a influência do projeto Grande Carajás<sup>13</sup>.

À guisa de conclusão desta seção, sintetizemos então os principais aspectos que acompanham a dinâmica econômica do Maranhão no período em análise. Um primeiro deles, corresponde à própria necessidade de se relativizar o significado das altas taxas de crescimento dos setores urbanos da economia. Neste sentido, o ponto a ser observado é o de que aquelas

---

<sup>12</sup> Em que pese o fato de os dados indicarem também para o Nordeste o movimento observado a nível de Brasil, no sentido de uma evolução do setor de Serviços condicionada à dinâmica macroeconômica do país no período de crise dos anos oitenta, parece mais provável que no caso do Nordeste, tal “encolhimento” deva-se mais ao esgotamento fiscal e financeiro do Estado do que propriamente a um ajuste “funcional” do Setor à conjuntura econômica haja vista, particularmente no caso do Nordeste, o caráter estruturalmente pouco vinculado dos Serviços ao núcleo produtivo-dinâmico da economia.

<sup>13</sup> Segundo dados disponíveis para o período 1970-85, verifica-se, em termos de composição do PIB estadual, uma significativa elevação na participação relativa dos subsetores: Instituições Financeiras (de 2,42% para 8,19%); Comércio (de 6,42% para 11,46%); Transporte e Comunicação (de 2,72% para 5,38%). A relevância de tais resultados é corroborada ao se ter em conta as elevadas taxas de crescimento do PIB estadual e do setor de Serviços no período. Para a fonte básica dos dados, cf. FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 1991.

taxas, porque calculadas tendo como referência uma conjuntura anterior de estagnação econômica, acabam por embutir um elemento de “inflacionamento” estatístico, ou seja, tendem a se apresentar maiores do que realmente seriam, caso fosse outra a referência de conjuntura. Além disso, tais taxas, ao se referirem ao crescimento econômico nas condições de uma incipiente base produtiva industrial, em termos absolutos, não correspondem a níveis elevados de emprego e renda dos setores urbano-industriais. Um segundo elemento está no fato de que o significativo crescimento do PIB industrial, sobretudo na década de oitenta, porque estreitamente vinculado à implantação de plantas industriais, caracteristicamente de corte capital-intensivo e reduzido grau de integração em nível das cadeias produtivas e da economia local, teve fraca repercussão na geração de postos de trabalho. Em terceiro lugar, as transformações técnico-produtivas no campo maranhense acompanhadas da concentração fundiária e do desmantelamento da economia camponesa, contribuem em muito para a intensificação do êxodo rural. Nestas circunstâncias, conforme já observado, o subemprego presente no campo transfere-se para as áreas urbanas, sob a forma de ocupações e níveis de rendimento precários.

### **3. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO MARANHÃO**

Ainda que correndo o risco de insistir no óbvio, é oportuno lembrar que crescimento não se confunde com desenvolvimento econômico. Com efeito, se, por um lado, a Economia maranhense se destaca no cenário regional pelas altas taxas de crescimento sustentadas no período de 1970 a 1990, à base, inclusive, daquele que se identifica como o virtual núcleo de uma economia capitalista dinâmica - o setor industrial, por outro, tal “dinamismo”, além de ter-se mostrado inócuo em termos de traduzir-se em efeitos minoradores do quadro de mazelas sociais que perpassam a estrutura social do Estado, tem na verdade contribuído para o aprofundamento desse quadro. Tenha-se em conta o caráter socialmente perverso do desmantelamento da Economia camponesa que, aliado à debilidade da Economia urbana em absorver produtivamente o grande contingente de força de trabalho egresso do campo e, ainda, à ausência de efetividade e eficácia das ações do Estado em nível das políticas sociais, vem resultar num quadro socioeconômico quase caótico.

Para a avaliação deste quadro, o conjunto de indicadores básicos de qualidade de vida, reunidos na tabela 3, permitem uma visão geral das precárias condições socioeconômicas da população maranhense.

Uma primeira informação a se destacar, a partir dos dados disponíveis, consiste no fato de a maioria dos indicadores selecionados apresentar uma evolução ligeiramente positiva ao

longo do período em referência (1970-1988); devendo-se isso, na verdade, ao desempenho registrado para a década de setenta, já que de 1980 a 1988 o quadro mantém-se, no geral, praticamente inalterado.

**TABELA 3**  
**MARANHÃO, NORDESTE E BRASIL**  
**INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS BÁSICOS - 1970/1988**

INDICADORES	MARANHÃO			NORDESTE			BRASIL		
	1970	1980	1988	1970	1980	1988	1970	1980	1990
Mortalidade Infantil (0 - 1 ano/mil)	131,6	—	81,8	151,2	—	93,0	116,9	—	63,0
Esperança de vida ao nascer (anos)	49,1	55,4	60,7	44,4	51,6	58,8	52,7	60,1	64,9
Taxa de alfabetização (%)	39,7	50,3	57,2	45,3	54,6	63,5	66,0	74,6	81,1
Domicílios urbanos c/ abastecimento de água (%)	15,7	31,4	35,1	21,9	44,7	60,5	45,8	66,1	80,7
Domicil. urbanos c/ energia elétrica (%)	24,5	59,4	88,5	52,5	75,7	92,9	75,6	88,2	96,9
PIB per capita (m US\$) (1)	321	570	564	488	928	918	1253	2266	2241
Pessoas com renda domiciliar per capita acima da linha de pobreza (em %) (2)	32,2	49,4	44,4	29,8	58,1	48,8	54,5	80,1	73,8
Partic. na renda (%) 50% mais pobres	20,9	16,5	14,4	34,8	41,6	48,1	13,3	12,6	11,7
mais ricos	48,9	52,1	54,7	10,5	10,4	11,1	51,7	50,0	50,5

**Fonte:**

Dados Básicos: Censos Demográficos: 1970/1980 e PNADS de 1988. Organizados por Albuquerque & Viliela (1993), Apud: Albuquerque, R.C. de. (coord.). "O Brasil Social: realidades, desafios, e opções", IPEA, Rio de Janeiro, 1993, pg. 62-74, 296 e 418. Consultar ainda o apêndice metodológico. p. 55-60.

**Notas:** (1) a preços de 1988.

(2) a linha de pobreza é definida como o rendimento domiciliar per capita igual a 1/4 do salário mínimo. vigente em agosto de 1980, cf. Albuquerque & Viliela (1993), p. 57.

A despeito dessa "ligeira melhora" na evolução da maioria dos indicadores selecionados, constata-se, por outro lado, situarem-se eles em níveis ainda bastante inferiores aos verificados para o Brasil, e até mesmo para o Nordeste", o que, por si, coloca em evidência a gravidade da realidade socioeconômica do Estado, haja vista que os indicadores socioeconômicos do Nordeste e Brasil encontram-se eles próprios um tanto aquém do que se

poderia considerar uma referência de bom desempenho social. Nessa perspectiva, constata-se, por exemplo, que, enquanto no Nordeste, no ano de 1988, apenas 60% dos domicílios urbanos dispunham de abastecimento d'água, no Maranhão esse percentual é ainda menor, atingindo o índice de apenas 35% dos domicílios (em nível de Brasil esse percentual situa-se em 80,7%).

Um segunda informação refere-se à taxa de alfabetização. Constata-se, em termos de Brasil e Nordeste, que o índice de alfabetizados atinge, no ano de 1988, os percentuais de 81,1% e 63,5%, respectivamente, ao passo que no Maranhão este índice situa-se em 57,2%. Um outro indicador básico de qualidade de vida é dado pela taxa de mortalidade infantil que, no Maranhão, no ano de 1988, atinge o índice de 81,8 /por 1 mil nascidos (entre 0 e 1 ano); no mesmo período, a taxa de mortalidade infantil registrada para o Brasil foi de 63,0/ por 1 mil nascidos.

Contudo, são os indicadores de níveis de renda, em especial os que se referem aos aspectos de concentração pessoal da renda, PIB per capita e pobreza absoluta, que revelam de modo mais contundente a qualidade de vida da população. Com efeito, tais indicadores, além de evoluírem regressivamente ao longo da década de oitenta, são os que se mostram mais distantes dos níveis exibidos pelo Nordeste e Brasil.

Comparativamente ao Nordeste e Brasil, a principal discrepância apontada nos indicadores de renda da população maranhense, refere-se ao nível de renda per capita. Nesse sentido, verifica-se que no ano de 1988 o PIB per capita do Maranhão (564 dólares) foi apenas pouco superior a cerca de metade do verificado para o Nordeste (918 dólares), o qual, por sua vez, correspondeu a menos da metade do registrado para o Brasil no mesmo ano (2241 dólares).

Ressalta-se ainda o fato de o PIB per capita maranhense manter-se praticamente inalterado ao longo da década de oitenta, o que, de resto, verifica-se também para o Nordeste e Brasil. Cabe observar, entretanto, que nos anos oitenta, sob o efeito mais intenso da crise econômica no Centro-Sul, a Economia brasileira mantém-se estagnada, ao passo que a Economia nordestina e, particularmente a maranhense, exibem no período razoáveis taxas de crescimento médio anual (vide tabela 1). Esse paradoxo vem reforçar ainda mais o argumento anterior de que os indicadores macroeconômicos de crescimento não constituem, por si, parâmetros suficientes para se avaliar o grau de dinamismo da Economia, haja vista a má "performance" do Maranhão em termos de geração de riqueza per capita no período.

Ademais, observa-se no período em análise um recrudescimento do grau de concentração pessoal da renda. Com efeito, verifica-se que a parcela de renda detida pelos 50% mais pobres que, em 1970, situava-se em 20,9%, reduz-se, em 1988, para 14,0%, ao passo que

a parcela de renda concentrada pelos 10% mais ricos eleva-se, no referido período, de 34,8% para 48,1%. Saliente-se, todavia, que tais elevados índices de concentração pessoal da renda não constituem fenômeno específico à realidade socioeconômica maranhense, constatando-se situação semelhante nos indicadores exibidos pelo Nordeste e Brasil. A propósito, vale observar que o que distingue e constitui fator particularmente preocupante, no caso do Maranhão, não é tanto o elevado grau de concentração de renda, senão que a persistência do caráter regressivo de sua evolução<sup>14</sup>.

A realidade socioeconômica do Maranhão revela ainda uma situação de elevados índices de pobreza absoluta. No final da década de oitenta, cerca de mais da metade da população encontrava-se abaixo da “linha de pobreza”, isto é, percebendo rendimento per capita inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Ademais, observa-se que no decorrer da década, não apenas persiste mas se agrava tal quadro de miséria generalizada. Pelos dados da tabela 3, pode-se constatar que a parcela da população situada abaixo da “linha de pobreza” (que no ano de 1980 atingia o índice de 50,6%) eleva-se, no ano de 1988, para 55,6%<sup>15</sup>.

Em suma, os indicadores acima analisados revelam para o Maranhão um perfil socioeconômico bastante precário, no qual se destaca: uma acentuada carência na oferta de serviços básicos (saneamento, educação básica e saúde), um baixo nível do PIB per capita e um recrudescimento do grau de concentração pessoal da renda e dos níveis de pobreza absoluta. O cotejamento desses dados com os indicadores de crescimento discutidos na seção anterior, revelam, por sua vez, o caráter socialmente excludente do dinamismo econômico do Estado.

#### **4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS DO ESTADO**

---

<sup>14</sup> É assim que, em nível de Brasil, a despeito dos índices de concentração pessoal da renda mostrarem-se ainda mais elevados do que os registrados para o Maranhão e Nordeste, observa-se que os mesmos mantêm-se praticamente estáveis no período em referência (1970-1988), ao passo que, em se tratando do referido Estado e região, e particularmente no primeiro caso, tais índices evoluem regressivamente, revelando assim, um recrudescimento do grau de concentração pessoal da renda. Cf. tabela 3.

<sup>15</sup> Faz-se oportuno registrar que tal situação pouco se altera, senão que se mostra ainda mais grave quando se toma como parâmetro, ao invés do nível de rendimento per capita, o nível de rendimento familiar. Conforme dados do Censo Demográfico, constata-se que o número de famílias com rendimento médio mensal (familiar) até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, que no ano de 1970 alcança o índice de 47,48%, reduz-se para 18,37% em 1980, e eleva-se, no ano de 1988, para 26,76%. Cf. FIBGE - Censos Demográficos - Maranhão (1970, 1980 e 1991). No tocante ao desempenho de tais índices, observam-se ainda dois aspectos básicos: em primeiro lugar, o fato de ainda no final da década de oitenta quase  $\frac{1}{3}$  das famílias perceberem rendimentos não superiores a meio salário mínimo (nominal). Além do mais, se admite para o período 1970-1988 um processo de intensificação do grau de monetarização da Economia, pari passu à aceleração da urbanização, parece válido concluir que, em termos relativos, isto é, comparando-se os anos de 1970 e 1988, tem-se na verdade um maior empobrecimento da população. Em segundo lugar, revela-se aqui, mais uma vez, que a década de oitenta se fez acompanhar de um agravamento das condições de rendimento da população.

A argumentação precedente vem corroborar a hipótese assumida pelo trabalho de que a problemática social não encontra solução apenas à base de resultados econômicos stricto-sensu. Pelo contrário, a impessoalidade e o egoísmo inerentes aos mecanismos de mercado contribuem, como demonstram as evidências históricas, para o agravamento do quadro social no regime capitalista de produção. Neste sentido, o papel que o Estado venha a desempenhar no campo das políticas sociais assume grande importância à amenização e/ou superação de situações de exclusão e vulnerabilidades socioeconômicas.

Ademais, uma implicação básica de uma realidade subdesenvolvida, como é o caso do Maranhão, está em que a própria fragilidade da estrutura produtiva acaba por conferir ao Estado um papel relevante enquanto gerador direto e indireto de postos de trabalho e renda. A propósito, conforme vimos, foi de grande importância a atuação estatal no processo de capitalização do setor agrícola maranhense, bem como à efetivação dos grandes projetos industriais implantados na década de oitenta.

Certamente que também em termos de políticas sociais não se pode dizer que o Estado tenha ficado ausente. O que precisa ser então questionado, tendo em vista o quadro social acima, é a pouca efetividade e eficácia que tem caracterizado suas ações no campo social<sup>16</sup>. E certo, também, que refletir sobre o padrão de atuação social do Estado numa realidade particular requer ter em conta o papel nela desempenhado por fatores de ordem histórico-estrutural.

Nessa perspectiva, importa inicialmente observar que, em se tratando de uma estrutura socioeconômica subdesenvolvida, devido ser bastante limitada a atuação das forças de mercado, o acesso de parcela significativa da população aos elementos básicos de bem-estar social vai estar condicionado menos às diferenças de “mérito” e/ou oportunidade e mais à sua capacidade de pressão política<sup>17</sup>.

Ocorre no entanto, que quanto mais “atrasada” uma realidade socioeconômica, no sentido gramsciano, ou seja, marcada pela presença de fortes resquícios oligárquicos e pela sedimentação histórica de camadas sociais parasitárias enquistadas no aparelho de Estado, a se

---

<sup>16</sup> É de amplo conhecimento que a atuação do Estado no campo das políticas sociais tem-se caracterizado por políticas de caráter seletivo e compensatório, que visam apenas atenuar as “grandes desigualdades sociais” geradas pela atuação das leis de mercado ou pelas desigualdades de oportunidade. Nesse sentido, porque não orientadas a uma atuação redistributivista, tais políticas tendem a conservar e reproduzir o quadro de exclusão e marginalidade social. Para uma análise aprofundada dessa questão, ver Draibe (1989:1-66).

<sup>17</sup> É inegável que numa sociedade de mercado tais diferenças de oportunidade - em termos de acesso a postos de trabalho, por exemplo - estarão em algum grau condicionadas, também, aos atributos pessoais e/ou profissionais de cada indivíduo. Mas, antes disso, em tal sociedade a existência de oportunidades está, ela mesma, em tese, positivamente relacionada ao grau de atuação das forças de mercado, no sentido de que nas condições capitalistas, a produção social e sua dinâmica pressupõem esse mercado

reproduzirem através de práticas e relações de caráter nepótico e/ou corporativista, mais proeminente tende a ser o caráter privatista do Estado, isto é, a utilização da máquina administrativa e dos recursos financeiros públicos em prol de interesses de grupos particulares<sup>18</sup>. Em contrapartida, sob tais circunstâncias, mais seletivos e exclusivistas tendem a se tomar os canais de vazão da “pressão política”.

Por outro lado, em que pese os condicionantes específicos às realidades socioeconômicas mais atrasadas, não se pode perder de vista que os elementos de fundo concorrentes à definição do padrão de atuação do “Estado Social” devem ser buscados antes nos determinantes de ordem mais geral, os quais, moldados à base dos elementos definidores da relação Estado-Sociedade.

No Brasil, o descaso das elites e do Estado para com os problemas sociais, que remonta à nossa formação histórica, consubstanciada na vigência da ordem escravocrata e do Estado Liberal até quase primórdios do século XX, encontra solução de continuidade após 1930, período em que entra em cena o Estado promotor da industrialização. O êxito dessa política de continuar “empurrando com a barriga” a questão social, contou ainda, no plano econômico, com importantes fatores de “acomodação social”, basicamente: a Industrialização, a Urbanização e a Fronteira agrícola; inclusive como “solução” para a questão agrária não resolvida. Assim, tal dinâmica política e sócio- econômica possibilitava a acomodação dos interesses por parte dos “incluídos”, enquanto que o restante da população continuava tendo suas demandas sociais tratadas como “caso de polícia” (Cano:1994).

Neste sentido, a relação Estado-sociedade no Brasil vem mostrar-se historicamente mediada pela presença de um Estado de caráter autoritário e conservador. Tais características, acentuadas pelo golpe militar de 1964, e em que pese o processo de democratização a partir dos anos oitenta, se fazem ainda hoje presentes em nível da estrutura sociopolítica do país. Com efeito, se, nos anos setenta, sob a repressão do regime militar, houve a desarticulação da sociedade civil organizada, nos anos oitenta, em que pese a abertura política e a retomada dos movimentos sociais, deparamo-nos com o agravamento das condições econômicas, ao que se vem somar o peso de nossa herança de descaso para com o social<sup>19</sup>. Certamente que a

---

<sup>18</sup> Ver a respeito, Gramsci (1991: 375-413).

<sup>19</sup> A propósito, a despeito de na segunda metade da década de oitenta serem evidenciadas ações mais concretas “no sentido do rompimento com laços pretéritos de restrições à incorporação social” tem-se, contudo, que o seu alcance, em termos de uma modificação do perfil do sistema de proteção social foi bastante limitado, para o que concorreram dois condicionantes básicos: i) o histórico pouco caso do Estado para com as questões sociais e ii) o comprometimento (crescente) dos recursos fiscais com o pagamento das dívidas públicas interna e externa, em detrimento dos gastos na área social. Processo esse, iniciado nos anos oitenta, no bojo da crise econômica e do processo inflacionário, e que de lá para cá vem-se acentuando sob o efeito mais intenso das crises fiscal e

consideração de tais fatores constitui elemento indispensável para se explicar, por exemplo, o baixo nível de cobertura populacional e limitada eficácia presentes ao nível do sistema de proteção social brasileiro.

Nessa perspectiva, no que tange à redefinição das políticas públicas com vistas ao resgate da dívida social no país, há que se considerar dois aspectos principais: um primeiro diz respeito à necessidade de um novo padrão de acumulação que rompa com a lógica vigente do crescimento sem desenvolvimento; em segundo lugar, faz-se necessário superar a forma de relação Estado-sociedade civil, no sentido de que as camadas sociais excluídas possam ter acesso aos bens públicos na forma de um direito de cidadania, e não como um favor, uma doação dos “grandes”, opondo-se, assim, às práticas clientelistas que permeiam a atuação do Estado nesse campo, e particularmente em realidades mais atrasadas, como é o caso do Maranhão.

Em suma, a questão básica a ser emergencialmente enfrentada no campo das políticas sociais envolve, preliminarmente, a redefinição da relação Estado-Sociedade, à base de uma real democratização tanto em nível da definição do padrão de bem-estar social e dos segmentos e/ou áreas de atuação a serem priorizadas, se for o caso, quanto em nível operacional, envolvendo a definição e implementação de mecanismos de gestão e controle do sistema de proteção social que atendam aos quesitos de eficiência técnico-operacional e justiça social.

É bem verdade que, já desde os anos oitenta, e mais intensamente a partir dos anos noventa, a sociedade civil, através de seus segmentos mais organizados, vem dando sinais evidentes da exaustão do padrão vigente de relação Estado-Sociedade e apontando para a necessidade de uma mudança qualitativa nessa relação. A propósito, o grande número de ONGs, Entidades Assistenciais (filantrópicas, religiosas, laicas, etc.\*), Centros Comunitários, Fundações Empresariais etc., surgidas nos últimos anos, atestam que a sociedade vem progressivamente ocupando o espaço deixado pela “ausência” e inoperância do Estado no campo das Políticas Sociais.

Inegavelmente que existe um lado muito positivo nesse processo. Na medida, em que a sociedade se atribui o papel de co-responsável pelo provimento de suas demandas sociais, ela se coloca também na condição de um ator social ativo, e isto, sem dúvida, constitui um passo indispensável para que se transite finalmente da noção de carência social para a noção de direitos de cidadania.

---

financeira do Estado, bem como das políticas de ajuste macroeconômico no contexto da “nova” ordem neoliberal. Pochmann (1995:181-183) e Cano (1994).

Há de se reconhecer, em suma, a importância do processo que hoje se observa de ampliação progressiva do espaço ocupado pelo denominado “terceiro setor” o público não-estatal, bem como o avanço representado pela Constituição de 1988, mais especificamente, pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, aprovada em dezembro de 1993, a qual demarca uma mudança fundamental na concepção da Assistência Social, concebendo-a como direito de seguridade social (Sposati:1995:21). Contudo, não é demais lembrar que muito há ainda por se fazer, se pretende que a noção de cidadania, mais do que um vocábulo “politicamente correto”, venha a se constituir numa realidade palpável na vida diária dos milhões de “vulneráveis” e “excluídos” da sociedade, e que tais avanços constitucionais não terminem por ser apenas mais uma “letra morta” da Carta Magna brasileira.

Para concluir, convém ressaltar que, se, por um lado, justifica-se a necessidade de políticas sociais no contexto de uma sociedade de mercado, porquanto esta seja intrinsecamente geradora de vulnerabilidades e exclusões sociais, por outro, cumpre atentar para o alcance limitado dessas políticas à erradicação da pobreza e promoção da equidade social: questões estas para as quais a solução efetiva envolve mudanças de base na própria estruturação da sociedade, a começar pela definição de um projeto de desenvolvimento que contemple prioritariamente a universalização do acesso às demandas sociais básicas.

#### SUMMARY

This article intends to reflect about the social-economic situation of Maranhão state of the state of Maranhão, during the period 1970-90, in the context of the social productive transformations that have occurred then with the aim of rescuing the social dimension importance related to the economic development notion. At first, any statistics about Maranhão's economic evolution are presented as well as its determinants factors. Stand out good performance of its macroeconomics statistics in relation to other Northeast Brazilian states, emphasising, nevertheless, that it has not reflected in suitable levels of income and job generation. At following, basing in any selected social-economic statistics, it proceeds to the characterisation of the Maranhão's population life basic conditions, for that concludes itself that the Maranhão's economic dynamism has been not accompanied to similar progress in the social area. It points out that the critical Maranhão's social configuration is also 011 account of the non-effective State's actions, emphasising the importance of the social politics, as a manner capable of reducing such situation, and for that, the necessity to a redefinition of the State's functions and its main actions.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti, VILLELA. "O Brasil social: um balanço de duas décadas". In: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de (org.). O Brasil social: realidades, desafios e opções. Rio de Janeiro: IPEA, 1993, p. 9-94.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?. In: AFFONSO, Rui de Brito Alvares, SILVA, Pedro Luiz Barros, (orgs.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap, 1995, p. 125-56.

ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense. São Luís: UFMA, Coleção Ciências Sociais, Série Questão Agrária,3, 1987.

CANO, Wilson. Industrialização, crise, ajuste e reestruturação. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. et ai. O mundo do trabalho - crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994, p. 589-604.

CARVALHO, Inaiá M. M, HAGUETTE, Teresa M. F. (orgs). Trabalho e condição de vida no Nordeste brasileiro. São Paulo: Hucitec/CNPQ, 1984.

DRAIBE, Sônia Mirian. As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas In: Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, v. 4, 1989, p. 01-66.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 8a. ed., 1991, p.375-413.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste: Da articulação comercial à integração econômica. Campinas: IE/UNICAMP, 1986. (mimeogr).

IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, v.3,1989.

JATOBÁ, Jorge et al. Política de emprego para o Nordeste. Recife: Massangana, 1985.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. HENRIQUE, Wilnês. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. Cadernos do CES1T, Campinas, n.3.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. Cadernos ABONG, n.8, p.7-19, jun.1995.

\_\_\_\_\_. A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

POCHMANN, Márcio. Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje. São Paulo: LTr, 1995.

POLARI, Rômulo Soares. A involução da economia paraibana no contexto nordestino - os porquês. João Pessoa: CME/ UFPb, 1990, (mimeogr).

POLARY, José Henrique Braga. Reflexões sobre o quadro global e setorial da economia maranhense. São Luís: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - IPES, 1978.

SINGER, Paul. Dominação e desigualdade. São Paulo: HUCITEC, 1971.

SPOSATI, Aidaíza. Assistência social: desafios para uma política pública de seguridade social. Cadernos ABONG, n.11,, p.21-35, 1995.

SUBENE & BNB. O Sistema Finor: resultados e sugestões de aperfeiçoamento. Fortaleza: BNB, p. 248, 1986.

TARGINO, Ivan. Frente de expansão camponesa. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.16, n.2, 183-210, abr./ jun.1985.

TAVARES, Maria da Conceição. Problemas de industrialización avanzada eu capitalismos tardíos y periféricos. (Documento preparado para o Seminário sobre "Políticas para ei Desarrollo Latinoamericano", organizado pelo "Centro de Capacitación para ei Desarrollo "- Governo do México, entre Setembro de 1980 e junho de 1981).

Universidade Federal do Maranhão. "Estado e Composição da Força de Trabalho numa Economia Subdesenvolvida: o caso do Maranhão. Pesquisa financiada pela FAPEMA - Fundo de Apoio à Pesquisa do Maranhão. (vários autores). São Luis - MA, Decon/UFMA, 1995, (relatório parcial).

YAZBECK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. Cadernos ABONG, n.11, p.7-18, out/1995.